

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.174 - SP (2019/0383199-0)**

SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 12ª VARA CÍVEL DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 17ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
INTERES. : WALTER PUFF FILHO E OUTRO  
ADVOGADO : GUSTAVO SILVA E LIMA - MG075286  
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 12ª Vara Cível da Seção Judiciária do Estado de São Paulo e o Juízo Federal da 17ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da ação de cobrança ajuizada por Walter Puff Filho e Elpídio Roberto Alves Cardoso contra a Caixa Econômica Federal, objetivando alterar o índice de correção monetária incidente sobre o depósito do FGTS.

Distribuído o feito ao Federal da 17ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, esse declinou da competência, de ofício, em favor da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, sob o fundamento de que a ação deveria ter sido ajuizada na comarca do domicílio dos autores (São Paulo) ou da sede da ré (Distrito Federal) (fls. 96-103).

O Juízo Federal da 12ª Vara Cível da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, por sua vez, suscitou o presente conflito, alegando tratar-se de competência relativa, a qual não poderia ter sido conhecida de ofício (fls. 104-106).

Apresentado parecer do Ministério Público Federal opinando pela competência do Juízo Federal da 17ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (fls. 119-124).

É o relatório. Decido.

A matéria *sub examen* já obteve o deslinde necessário perante a egrégia Primeira Seção desta Corte, estando pacificada a jurisprudência no sentido de que, tratando-se de competência territorial e, portanto, relativa, não pode o juiz dela declinar de ofício, *ex vi* do teor da Súmula n. 33 deste eg. Superior Tribunal de Justiça.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes jurisprudenciais, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 33/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Juízo da Comarca de Lajeado/RS, de ofício, declinou da competência para julgar ação de cobrança ajuizada por servidor público contra o Estado do Rio Grande do Sul, em favor do Juízo da Comarca de Tramandaí/RS.

2. "Por se tratar de competência relativa, a competência territorial não pode ser declarada ex officio pelo Juízo. Esse entendimento se consolidou com a Súmula 33 do Superior tribunal de Justiça, in verbis: "A incompetência relativa não pode ser declarada de oficio" (CC 101.222/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, DJe 23/3/09).

3. Manutenção da decisão agravada, que conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial do autor/agravado, a fim de anular a decisão proferida pelo Juízo de Lajeado/RS.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1415896/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. CESPE/UNB. ÓRGÃO INTEGRANTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-FUB. EQUIPARAÇÃO COM AUTARQUIA FEDERAL. JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. MODIFICAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS.

1. Conflito negativo suscitado para definir a competência para julgamento de ação ordinária, com pedido de antecipação da tutela, proposta contra o Estado do Rio Grande do Norte e o Centro de Seleção e Promoção de Eventos Universidade de Brasília-Cespe/Unb, na qual questiona-se a ausência de divulgação, no edital de abertura do concurso público para provimento de vagas no cargo de Delegado de Polícia Civil Substituto do Estado do Rio Grande do Norte, dos critérios que foram utilizados na avaliação da prova discursiva, com a especificação da respectiva pontuação, e pugna-se pela anulação do item 2.3 da referida prova.

2. O julgamento do conflito de competência é realizado secundum eventum litis, ou seja, com base nas partes que efetivamente integram a relação, e não naqueles que deveriam integrar.

3. A eg. Primeira Seção, no julgamento do Conflito de Competência nº 35.972/SP, Relator para acórdão o Ministro Teori Zavascki, decidiu que o critério definidor da competência da Justiça Federal é *ratione personae*, levando-se em consideração a natureza das pessoas envolvidas na relação processual, sendo irrelevante, para esse efeito e ressalvadas as exceções mencionadas no texto constitucional, a natureza da controvérsia sob o ponto de vista do direito material ou do pedido formulado na demanda.

4. O Cespe/Unb é um órgão integrante da Fundação Universidade de Brasília-FUB, fundação pública federal, criada pela Lei nº 3.998, de 15.12.61, participante da administração federal indireta, nos termos da Lei nº 7.596, de 10.04.87, que alterou dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25.02.67.

5. É assente nesta Corte que a fundação pública federal, que atende à previsão do art. 5º, IV, do Decreto-lei nº 200/67, equipara-se às autarquias federais para efeito da competência da Justiça Federal (CF, art. 109, I).

6. A competência territorial, via de regra, é relativa, não podendo ser

# *Superior Tribunal de Justiça*

modificada de ofício pelo magistrado. Em tal caso, prevalece o foro eleito pelas partes, em detrimento da delimitação contida nas leis processuais. Dessa feita, não poderia o juízo suscitado ter reconhecido ex officio a incompetência para processar e julgar a demanda. Incidência da Súmula 33/STJ: "A competência relativa não pode ser declarada de ofício".

7. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o suscitado.

(CC 113.079/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/04/2011, DJe 11/05/2011)

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar a competência do Juízo Federal da 17ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, ora suscitado, para processar e julgar a demanda originária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator